

O novo estilo do presidente

O presidente Fernando Henrique Cardoso parece ter tomado gosto por duas coisas: o exercício de fato do poder da Presidência e o discurso. Entre quarta-feira à noite e sexta-feira pela manhã, falou quatro vezes: duas, dirigindo-se diretamente ao povo; uma, tratando de vários assuntos (inclusive o que havia esgotado nas falas dirigidas à Nação) e especialmente da situação dos portos; uma final, até certo ponto protocolar, mas definidora de posições, na cerimônia comemorativa do Dia do Diplomata.

As falas presidenciais, uma delas pelo menos em tom mais coloquial, mais de "conversa ao pé do fogo", apresentam a vantagem de permitir saber com exatidão aquilo que pensa o presidente, coisa que muitas vezes as simples palavras do porta-voz não ensejam discernir. Foi assim, num discurso, que soubemos que haverá estatais que não serão privatizadas por sua importância, enquanto outras poderão sê-lo. Ademais é preciso ver que, ao demonstrar esse gosto pelo discurso, o presidente da República pode transmitir a muitos, mais que seus ministros ou o porta-voz, a segurança de que as reformas não prejudicarão direitos adquiridos nem se voltarão contra os interesses nacionais. Fazendo esses esclarecimentos, o chefe do Executivo assume, além do de coordenador político que já é seu, o papel do grande comunicador de seu governo — o que em situações normais não seria necessário, mas

hoje parece indispensável, tantos são os ruídos que dificultam a comunicação do Poder Executivo com o público.

Mais significativa do que esta disposição de ser o grande comunicador, é a decisão do presidente de usar o poder que reside na Presidência da República e do qual parecia esquecido, dando a impressão de que o governo é fraco. A atuação do sr. Fernando Henrique Cardoso na votação da admissibilidade da emenda sobre a Previdência Social é a prova de que o Planalto, apesar de tudo o que se conta em prosa e verso sobre a fragilidade de sua base de sustentação parlamentar, tem condições de reunir maioria (ainda que *ad hoc*), quando nisso coloca empenho. Bastou o presidente da República aceitar a provocação da bancada do PMDB, para que tudo corresse à mil maravilhas na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e fosse aprovada a admissibilidade da principal emenda sobre a Previdência. A rigor, bem pesadas as coisas, o chefe do governo poderia ter concordado com as ponderações da liderança do PMDB, que pretendia deslocar a votação da admissibilidade para daqui a dois meses — afinal, parece certo que a comissão especial que examinará o mérito da emenda só emitirá parecer dentro de



60 dias, se não mais. Sucede que o PMDB, tendo 11 votos na Comissão, se julgou o fiel da balança e exigiu o adiamento da votação. O presidente Fernando Henrique Cardoso, de natural cordato, não tem por hábito ver-se colocado na parede. O resultado foi que usou o telefone e encontrou nove deputados do PMDB que se dispuseram sem dramas de consciência a votar com o governo — sendo preciso ressaltar que, depois do ultimato e sua rejeição, a bancada decidiu que cada uma vo-

taria de acordo com sua consciência... O resultado foi 36 a 15, mesmo que dois deputados do PMDB tenham votado com a minoria. Ora, mesmo que o partido houvesse formado contra a emenda, o resultado seria favorável ao governo: $36 - 9 = 27$; $15 + 9 = 24$. Sucede que o Planalto quis dar uma demonstração do que pode e quanto pode; sem humilhar, contudo, o presidente dizendo ao deputado Luís Henrique que não é bom ganhar sem o PMDB...

Estes dois aspectos — a disposição de usar os poderes da Presidência e o gosto manifestado pelo discurso — não devem obscurecer outro dado, presente no discurso feito na instalação do Grupo Executivo para Modernização dos Portos: a visão de futuro que o presidente Fernando Henrique Cardoso quer transmitir.

Em sua fala, o chefe do governo deixou claro que o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que ele sancionou ontem, aumentando o salário mínimo e reformando a lei de contribuições para a Previdência, resolveu o *seu problema*. A rigor, não é bem assim, pois as alterações negociadas reduzem o universo da arrecadação prevista para a Previdência no projeto; de qualquer maneira, o texto que foi aprovado alivia sensivelmente as preocupa-

O chefe do governo decidiu usar os poderes da Presidência e tomou gosto pelo discurso

ções do ministro Stephanes. O presidente deixou claro que poderia contentar-se com isso e legar para seu sucessor o drama que é a Previdência no longo prazo. Não deseja, porém, governar no dia-a-dia: por isso insiste na emenda constitucional, disposto a negociá-la, mas insistindo em que algo deve ser aprovado. Essa visão de largo prazo fazia muito tempo estava ausente das preocupações do Planalto; vê-las reintroduzidas num momento crucial, quando muita coisa está em jogo, é pelo menos um consolo nesta situação política extremamente confusa em que as oposições se recusam a ver a realidade e em que ser crítico sereno pode ser sinônimo de inimigo do governo, quando não do povo.